

Panorama do Ensino Médio no Estado de Mato Grosso antes do PNFEM: a formação docente em foco



Gresliela Ramos de Carvalho Souza*
Dariluce Gomes da Silva**

Resumo:

O texto visa a apresentar um diagnóstico situacional do Ensino Médio do Estado de Mato Grosso anterior à implantação do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNFEM); os dados constantes são advindos do Censo Escolar de 2012. A solicitação de tais informações partiu do Ministério de Educação (MEC) com objetivo de obter um documento situacional de cada estado sob três aspectos: Estudos Estatísticos de Diagnóstico do Ensino Médio no Estado; Estudos sobre a Atual Proposta Curricular do Ensino Médio na Rede de Ensino do Estado e Mapeamento da Rede Física das Escolas por Núcleo Regional de Formação Continuada para Professores do Ensino Médio. Tais informações serviram de subsídios para o planejamento e implementação do PNFEM no Estado de Mato Grosso.

Palavras-chave:

Formação continuada de professores. PNFEM. Ensino Médio.

Resumen:

Este artículo tiene como objetivo presentar un diagnóstico situacional de la educación secundaria en el estado de Mato Grosso antes de la aplicación de para el Pacto Nacional para el Fortalecimiento de la Escuela Secundaria (PNFEM), datos constantes son de el censo escolar 2012. La solicitud de dicha información el ministerio de Educación (MEC) a la izquierda para obtener un documento situacional de cada estado bajo tres aspectos: estudios estadísticos de diagnóstico de escuela secundaria en el estado; Estudios en la secundaria actual propuesta curricular en la red de educación del estado; mapeo de la red física de las escuelas de educación continua de base regional para profesores de enseñanza secundaria. Esta información sirve como donaciones para la planificación y ejecución de PNFEM en el estado de Mato Grosso.

Palabras clave:

Formación continua de los docentes. PNFEM. Escuela secundaria.

Introdução

Mato Grosso¹ ocupa uma área de 903.357 km² na região Centro-oeste do território brasileiro, sendo o terceiro maior em extensão territorial do país e possui uma população aproximada de 8,2 milhões de pessoas, distribuídas de modo irregular, com densidade demográfica de 3,36 (hab/km), em 141 municípios. É o único estado brasileiro a possuir características dos três biomas: Pantanal, Cerrado e Amazônia, bem como uma população e cultura marcadas pela diversidade.

* > Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT/PPGE). Professora Efetiva de Matemática da Educação Básica do Estado do Mato Grosso. E-mail: grrhjearsi@gmail.com

** > Licenciada em Letras e Mestre em Educação e Linguagem (pela UFMT). Coordenadora de Ensino Médio e Pré-Vestibular no Colégio Isaac Newton (Cuiabá/MT). E-mail: dariluce@hotmail.com

1 > Todas as informações deste parágrafo foram retiradas do site do IBGE, censo de 2010.

Estas informações gerais são relevantes e de impacto para a educação pública deste Estado, visto que essa realidade se constitui em alguns momentos em desafios a serem superados no intuito da universalização da educação, tanto pelas distâncias geográficas quanto pelas particularidades de cada segmento populacional no que tange a fatores socioeconômicos.

Ao entender que a educação é um direito de todos, a Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer de Mato Grosso (SEDUC) tem procurado minimizar essas diferenças com ações pontuais e específicas a aqueles que historicamente têm sido negado esse direito. É evidente que o atendimento às diversidades (povos indígenas, quilombolas e do campo) consiste no respeito à cultura, a regionalização e à historicidade entre outros aspectos. Santos reflete bem essa concepção de igualdade,

Temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza. Temos o direito a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. As pessoas querem ser iguais, mas querem respeitadas suas diferenças. Ou seja, querem participar, mas querem também que suas diferenças sejam reconhecidas e respeitadas (SANTOS, 2003, p. 458).

Diante deste contexto regional, o texto traz o mapeamento da situação do Ensino Médio em nível estadual e traça perfil da juventude mato-grossense que, por vezes, não tem sido respeitada e enxergada em suas especificidades. Muitas vezes, as escolas e programas educacionais não consideram o jovem como interlocutor capaz e responsável; pelo contrário, geralmente são tidos como rebeldes, individualistas, alienados e desrespeitosos (cf. DAYRELL, 2009, p. 16).

Entender que a juventude é mais um ciclo da vida na formação humana integral do estudante, e que este ciclo é parte final e integrante da Educação Básica, compele à escola novas concepções educacionais. Uma delas é considerar a escola como espaço no qual este jovem seja protagonista de sua aprendizagem, locus em que a educação e o trabalho deixem de ser um contraponto, mas sim projetos aliados, que se interpenetram e se comunicam.

O desafio atual para o Ensino Médio é preparar esse jovem para ser um intelectual trabalhador, um verdadeiro dirigente, não só especialista, não só político, mas o equilíbrio entre o desenvolvimento das capacidades de atuar praticamente e trabalhar intelectualmente (cf. MATO GROSSO, 2012, p. 72).

Neste sentido, uma das questões a ser analisada é a formação de professores, partindo do pressuposto de que a formação inicial é basilar e suporte da continuada. Na prática, entretanto, verifica-se que, no Estado de Mato Grosso, apesar de 97,51% dos professores terem a graduação, há um número de 275 professores lecionando no Ensino Médio sem a formação em nível superior.

Outro grande contraponto existente é o fato de professores atuarem fora de sua formação inicial. Exemplo disso é a constatação de que há professores licenciados em Matemática lecionando o componente curricular de Física. Neste levantamento, aferiu-se que apenas 54,2% dos professores possuem formação compatível com a componente curricular que lecionam, evidenciando uma carência de professores habilitados para o Ensino Médio. De acordo com o Plano Estadual de Educação (PEE), a garantia da qualidade no Ensino Médio passa, entre outros fatores, pela valorização profissional e por uma formação inicial e continuada dos professores baseada nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM).

Diagnóstico do Ensino Médio na Rede Estadual de Mato Grosso

O estudo sobre a rede escolar pública do Ensino Médio no Estado de Mato Grosso feito pelo Plano Estadual do Ensino Médio (PEM), de 1998 a 2000, evidenciou 224 escolas ativas, sendo 91% na zona urbana e apenas 19 escolas na zona rural, em 122 municípios, totalizando aproximadamente 72.000 estudantes, cuja realidade consistia em 68% do Ensino Médio no período noturno, e com uma taxa de distorção idade-série de 54% dos estudantes matriculados. Havia 3.306 professores lecionando no Ensino Médio, sendo que 32,2% não possuíam curso superior, sendo mais deficitárias as áreas de Matemática e de Ciências da Natureza (Química, Física e Biologia).

Segundo o Censo Escolar de 2012, em Mato Grosso há 736 escolas, dentre as quais 59% das escolas do Estado possuem turmas de Ensino Médio, totalizando 436 unidades escolares, dentre estas 280 escolas localizadas na zona urbana (64%) e 156 na zona rural (36%). O quadro de oferta do Ensino Médio, no que se refere ao turno, inverteu a situação diagnosticada no PEM, sendo que, atualmente, 67% da oferta está no turno diurno e todos os 141 municípios possuem escolas que ofertam ao menos uma modalidade de Ensino Médio na rede estadual.

Para melhor elucidar os dados acima apresentados, a tabela abaixo estabelece um paralelo entre os diagnósticos do Ensino Médio em Mato Grosso nos anos de 1998 e 2012:

Tabela 1 – Comparativo do Ensino Médio entre os anos de 1998 e 2012

Aspectos	1998	2012
Número de Escolas	521	736
Escolas de Ensino Médio	224	436
Municípios com Escolas	122	141
Maioria das Matrículas	Noturno	Diurno
% de atendimento urbano	91	64
% de atendimento rural	9	36
Número de Professores	3.306	8.403
Professores Habilitados	2.241	8.158
Número de Estudantes	72.000	159.661
% de Distorção Idade-série	54	36

Fonte: Mato Grosso (2000) e MEC/Inep/Deed, 2012.

É importante ressaltar que este número representa a totalidade atendida exclusivamente pela rede estadual, visto que no Estado não há oferta do Ensino Médio pela rede municipal e na rede federal o atendimento ocorre em apenas 11 institutos, constituindo cerca de 10,6% da demanda. Neste total de 436 escolas mato-grossenses que oferecem Ensino Médio, a rede pública estadual abrange 5.013 turmas com 143.319 matrículas, restando uma diferença pequena atendida pela rede privada e federal (591 turmas e 3.553 matrículas).

Tabela 2 – Distribuição do Ensino Médio em Mato Grosso

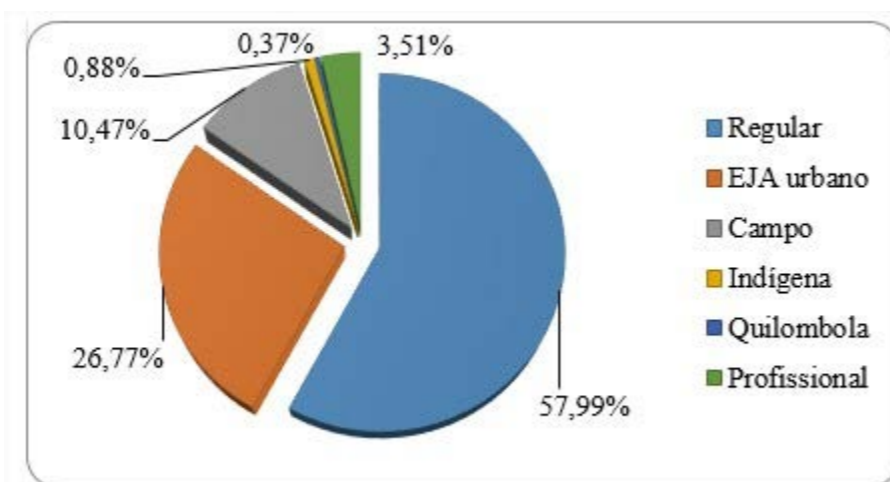
	Escolas	Turmas	Matrículas
Ensino Médio Geral	567	5.604	159.661
Ensino Médio Estadual	436	5.013	143.319
Ensino Médio Estadual Urbano	280	4.152	128.122
Ensino Médio Rural	156	861	15.197

Fonte: MEC/Inep/Deed, 2012.

O número de escolas rurais apresentado é expressivo em Mato Grosso e tem aumentado consideravelmente nestes últimos anos, visto ser um Estado fundamentalmente agrário, cuja economia é baseada na agricultura e na pecuária, ou seja, existe a necessidade de se manter o homem da terra na terra, assegurando-lhe a escolarização em seu lócus. Outro aspecto a considerar é o atendimento escolar às aldeias indígenas, aos quilombos e às comunidades campesinas presentes no Estado dentro de seus próprios espaços, evitando deslocamento de suas terras e enfatizando o respeito à cultura, cerimônias e tempo peculiares.

As ofertas de Ensino Médio em Mato Grosso são Ensino Médio Regular (EMR), Ensino Médio Inovador (ProEMI), Ensino Médio Semestral (EMS) e as modalidades encontradas são Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP), Ensino Médio na Educação do Campo, Ensino Médio na Educação Escolar Indígena, Ensino Médio na Educação Escolar Quilombola e Ensino Médio na Educação de Jovens e Adultos.

Gráfico 1 – Taxa percentual das matrículas contemplando as modalidades de Ensino Médio em Mato Grosso



Fonte: GED-BI/SIGEDUCA, 2012.

Diagnóstico dos Estudantes Matriculados no Ensino Médio na Rede Estadual

O número de estudantes matriculados no Ensino Médio em Mato Grosso é de 159.661, sendo que, deste total, 52% são do sexo feminino. O grande desafio é que o Estado possui um número considerável de população escolarizável na faixa etária de 15 a 17 anos fora da escola. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)² são 30.343 pessoas que não concluíram o Ensino Médio nesta faixa etária e, se ampliar para 18 a 19 anos, adiciona-se a esse contingente o número de 60.643 pessoas, totalizando 90.986 estudantes que já passaram pela escola, mas que por motivos diversos não estavam nela em 2012, e estas são público específico do Ensino Médio, levando-se em consideração apenas o critério idade.

De acordo com o Censo Escolar de 2012, matricularam 71.110 estudantes no 1º ano; no 2º ano este número cai bruscamente para 45.986 matrículas, e no 3º ano são 38.307 estudantes matriculados. De acordo com essas informações, constata-se que os estudantes estão chegando ao 1º ano num quantitativo razoável, considerando que 34.446 estudantes concluíram³ o Ensino Fundamental, mas o que tem ocorrido é um decréscimo acentuado a cada ano do Ensino Médio, principalmente do 1º ano para o 2º ano, cuja

queda representa 35,3%, enquanto a queda do 2º ano para o 3º ano fica em 16,9%, menos da metade da taxa anterior.

Gráfico 2 – Decréscimo da matrícula ao longo dos anos do Ensino Médio



Fonte: MEC/Inep/Deed, 2012.

O afunilamento ao longo dos três anos do Ensino Médio também é constatado não só no número de matrículas, como também na taxa de rendimento desse público; a menor taxa de aprovação está no 1º ano (55,3%); inversamente, neste ano estão as maiores taxas de reprovação (27,8%) e abandono (16,9%). Se somadas as taxas de reprovação e abandono tem-se o percentual de 44,7% dos estudantes do 1º ano que estão ficando pelo caminho e que engrossarão a estatística da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou mesmo não mais estudarão, conforme tabela 3.

Tabela 3 – Taxa de Rendimento do Ensino Médio em Mato Grosso

	Taxa de Aprovação				Taxa de Reprovação				Taxa de Abandono			
	Total	Ano			Total	Ano			Total	Ano		
		1º	2º	3º		1º	2º	3º		1º	2º	3º
Brasil	76,4	69,2	78,1	85,1	13,1	17,7	12,1	7,5	10,5	13,1	9,8	7,4
Centro-Oeste	74,9	69,6	77,1	80,3	11,3	13,6	10,2	9,2	13,8	16,8	12,7	10,5
Mato Grosso	67,3	57,9	71,9	77,6	19,7	26,3	16,9	11,9	13,0	15,8	11,2	10,5
Rede Estadual	64,7	55,3	69,3	75,4	21,0	27,8	18,3	13,0	14,3	16,9	12,4	11,6
Rede Estadual-Urbana	76,8	70,6	79,2	85,0	11,2	15,2	9,7	6,3	12,0	14,2	11,1	8,7
Rede Estadual-Rural	63,3	53,7	68,3	74,5	22,2	29,1	19,1	13,7	14,5	17,2	12,6	11,8

Fonte: MEC/Inep/Deed/CSI, 2012.

Diagnóstico dos Professores que atuam no Ensino Médio na Rede Estadual

Para abarcar as 436 escolas ativas, 5.013 turmas e 143.319 estudantes da rede estadual em Mato Grosso, exige-se um contingente numeroso de professores. De acordo com os dados do Censo Escolar 2012 tem-se 17.732 professores sendo que, deste total, 9.817 são professores que lecionaram no Ensino Médio e destes 8.403 estão na rede estadual. A maioria dos professores que lecionam nesta etapa final da Educação Básica são do sexo feminino (64%) e com idade média entre 25 a 40 anos (5.768 professores).

2 > Projeções para 2012 do Censo Habitacional 2010.

3 > Dados do INEP/Deed, 2012.

De acordo com a mesma fonte, os professores do Ensino Médio possuem uma carga de trabalho excessiva; cerca de 4.256 professores trabalhavam dois ou mais turnos; independente do motivo que promova tal necessidade, é algo preocupante do ponto de vista pedagógico, pois deste modo o professor não dispõe de tempo para preparar suas aulas, corrigir as avaliações e, principalmente, estudar, realizando a reflexão acerca de sua ação, num processo de efetiva formação no exercício da função. Assobardado, o professor desempenha de maneira pouco eficaz o seu papel, conduzindo o processo de ensino e aprendizagem de modo menos frutífero e pouco investigativo.

Quase 10% deste contingente de professores atua em duas ou mais escolas; este, dentre outros, é um motivo que concorre para o baixo IDEB, visto que o professor não se identifica com a escola, não internaliza as ações próprias de cada uma delas, não se envolve efetivamente e acaba sendo um cumpridor de horário, um professor que somente “dá” aulas.

No que se refere ao número de turmas por professores, constata-se que 26% dos professores trabalhavam com 09 turmas ou mais. Este dado talvez seja um indicativo de que a carga horária de alguns componentes curriculares está sendo ínfima, como os componentes curriculares de Artes, Sociologia, Filosofia, Inglês e Espanhol que, geralmente, têm uma aula semanal. Assim o professor, para completar sua carga horária, precisa de até 20 turmas.

De todos os dados acima, o mais preocupante é o quantitativo de professores em relação ao número de componentes curriculares lecionadas; cerca de 45,8% dos professores atuaram em duas ou mais componentes curriculares, ou seja, um expressivo contingente de professores trabalhando em componentes curriculares diferentes de sua formação inicial. Isto é um problema pois a formação, na maioria das vezes, não é apropriada para atuar em várias componentes curriculares, mesmo sendo estes da mesma área ou afins.

Tabela 4 – Quantitativos de Professores em relação ao número de componente curriculares que leciona

Quanto ao Número de Componente curriculares	
Apenas 01 Componente curricular	5.317
Até 02 Componentes curriculares	2.509
Até 03 Componentes curriculares	1.033
Até 04 Componentes curriculares	515
Até 05 Componentes curriculares	443
Total	9.817

Fonte: MEC/Inep/Deed, 2012.

A necessidade de profissionais habilitados para atuarem no Ensino Médio em Mato Grosso é real e perceptível e em todas as áreas do conhecimento, mas especificamente nos componentes curriculares de Sociologia, Artes, Filosofia, Física, Inglês e Química, respectivamente⁴. Este déficit pode ser explicado pelo número reduzido de estudantes universitários que concluem os cursos/licenciatura em questão.

É importante pontuar que os dados levantados são fatores que impactam diretamente a qualidade da educação, mas que não necessariamente são opções dos professores, e sim tais pontuações poderiam ser evitadas com uma boa política pública para educação, especificamente para o Ensino Médio.

4 > Dados do sistema informatizado da SEDUC, o SigEduca, e referem-se ao ano de 2012.

Política Estadual de Formação dos Profissionais da Educação e o PNFEM

Mesmo com uma política estadual de formação para os profissionais da Educação, percebe-se que há muito a ser feito. Existe um número considerável de professores no Estado que atuam no Ensino Médio sem a formação inicial. É importante ressaltar que, após a discussão da Lei de Diretrizes e Base para a Educação Nacional (LDBEN), a formação deixou de ser algo de responsabilidade exclusiva de cada indivíduo para ser entendida como uma oportunidade de valorização e de construção da identidade profissional das pessoas que atuam no coletivo da escola.

Ao encontro deste movimento e diante de vários desafios constatados pelo PEM, a SEDUC percebe a necessidade da descentralização da formação continuada de seus professores e cria, pioneiramente, por meio de Decreto-Lei n.º 2007/1997, os Centros de Formação Continuada de Professores (CEFAPRO), com a finalidade de “[...] desenvolver projetos de formação continuada para professores da rede pública de ensino, programas de formação de professores leigos e projetos pedagógicos para a qualificação dos profissionais da educação” (MATO GROSSO, 2010, p. 19).

Consonante com a LDBEN, a concepção de formação adotada pelo Estado de Mato Grosso se pauta em dois fundamentos: a necessária associação entre teorias e práticas nos processos formativos e o aproveitamento da formação e experiências anteriores. Neste contexto, a formação e as aprendizagens dos profissionais da educação na rede estadual de ensino de Mato Grosso são entendidas como um *continuum* desenvolvimento ao longo de toda a vida, que tem início com uma sólida formação inicial.

Outro aspecto a considerar é oportunizar aos profissionais da educação o seu desenvolvimento profissional observando a cultura, o respeito às diferenças e o conhecimento curricular, bem como a competência metodológica e didática em todas as modalidades de ensino. Além de constituir-se um profissional reflexivo sobre a sua atuação, conforme a política de formação do Estado,

[...] os profissionais da educação básica não apenas devem refletir sobre a própria prática educativa, mas fazer críticas e construir suas próprias teorias à medida que refletem, coletivamente, sobre seu ensino e o fazer pedagógico, considerando as condições sociais que influenciam direta ou indiretamente em suas práticas sociais (MATO GROSSO, 2010, p. 15).

Aglutinando direito e dever, a SEDUC/SUFP desenvolve juntamente aos CEFAPRO o Projeto Sala do Educador, que é um projeto de formação continuada em serviço no “chão da escola” e com foco a discutir as realidades escolares de cada unidade escolar, cujo objetivo é fortalecer a escola como espaço formativo, com o comprometimento coletivo na busca da superação das fragilidades e consequente construção das aprendizagens (cf. MATO GROSSO, 2013, p. 22).

A Sala do Educador deve promover discussões, de modo que os profissionais se tornem sujeitos agentes, e busquem dentro do espaço escolar atendimento a questões relativas à sua prática, buscando novas possibilidades de interação no sentido de parceria, de coletividade, do trabalho colaborativo em que se fortalece a presença do outro em busca de um desenvolvimento mútuo. Espera-se que deste movimento nasça “[...] uma educação/ensino numa perspectiva colaborativa em que profissionais trabalhem e reflitam juntos, a fim de chegar a um objetivo comum: a qualidade social da educação” (MATO GROSSO, 2013).

A dinâmica da Sala do Educador consiste na elaboração do projeto pela escola tendo por base sua realidade, suas necessidades e seus contextos. Muito próximo das concepções

de formação continuada do Estado, o PNFEM tem se constituído como estudo dirigido na escola com o foco no Ensino Médio, seus sujeitos e a formação integral humana; tais estudos têm buscado promover debates e reflexão no que consiste uma nova discussão de âmbito nacional – a Base Nacional Comum dos Currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes. Esta discussão já tem constituído fórum, em todo o país, com representações dos segmentos da educação brasileira e estas ações contemplam a meta 7 do PNE, que é “[...] fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB” (BRASIL, 2014a).

Assim o PNFEM vem ao encontro das reais necessidades formativas desta etapa final da Educação Básica, pois está consoante com as concepções formativas do Estado ao considerar a escola “[...] como locus de formação continuada e (re)construção coletiva do projeto político-pedagógico em suas articulações com as concepções de juventude e direito à qualidade social da educação” (BRASIL, 2014, p. 5).

As características da organização do PNFEM se aproximam do projeto Sala do Educador, ao considerar a escola como locus de estudo, a hora-atividade como momento formativo, o respeito à organização do tempo e espaço escolar e a possibilidade da reescrita coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.

Com uma carga horária semanal de 6 horas, o PNFEM oportuniza ao educador momentos de atividades individuais para a leitura dos textos básicos do curso, reflexões e a realização de atividades propostas no material de estudo no contexto de sala de aula, bem como momentos de atividades coletivas para estudos das DCNEM, dos textos sobre os campos temáticos e dos textos sobre as áreas de conhecimento e seus componentes curriculares (cf. BRASIL, 2014, p. 5).

O fato do Orientador de Estudo do PNFEM (que é o responsável pela organização do trabalho pedagógico da escola, seus tempos e espaços institucionais) ser um profissional da escola contribuiu, e muito, para o avanço na discussão do PPP e o Redesenho Curricular das escolas, levando em consideração as reais necessidades de cada unidade escolar. Um fato relevante sobre o PNFEM, em âmbito estadual, é que este oportunizou se ter profissionais de referências para a temática Ensino Médio em todos os polos do Cefapro.

Deste modo, espera-se que o PNFEM possa fortalecer o Projeto Sala do Educador de modo positivo os dados acima apresentados, principalmente no que tange às taxas de rendimentos. Ainda é cedo para se obter algum resultado mais efetivo, mas os relatos de professores e Orientadores de Estudo é que os cadernos do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio como material de reflexão, além de muito ricos pedagogicamente, suscitaram discussões que ainda não tinham sido feitas nas escolas, no âmbito do Ensino Médio de Mato Grosso. São novas luzes que se acendem no amplo cenário em pauta.

Referências

BRASIL. Lei Federal no 13.005, de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências*. Brasília, DF, 2014a.

_____. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional, e dá outras providências*. E suas alterações: Lei no 12.061, de 27 de outubro de 2009 e Lei no 12.796, de 4 de abril de 2013.

_____. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM*, Resolução 02/2012. Brasília, DF: MEC/SEB, 2012.

_____. Secretaria de Educação Básica. *Documento Orientador das ações de formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Médio em 2014*. Brasília, DF: MEC/SEB, 2014b.

_____. Secretaria de Educação Básica. *Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio*. Portaria 1.140/2013. Brasília, DF: MEC/SEB, 2013.

DAYRELL, Juarez. Uma diversidade de sujeitos. Texto 1 (B). O estudante do ensino médio: o jovem desconhecido. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Juventude e escolarização: os sentidos do Ensino Médio*. *Salto para o Futuro*, ano XIX, Boletim 18, nov. 2009.

MATO GROSSO. *Decreto-Lei n.º 2007/1997*. Ato de Criação dos Cefapro, polos: Cuiabá, Diamantino e Rondonópolis. Cuiabá, MT, 1997.

_____. *Lei Estadual n.º 49*, de 01 de outubro de 1998. Dispõe sobre instituição do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso e dá outras providências. Cuiabá, MT, 1998.

_____. *Orientações Curriculares para o Estado de Mato Grosso*. Cuiabá: SEDUC/MT, 2012.

_____. *Parecer Orientativo n.º 01/2013* referente ao Desenvolvimento do Projeto Sala do Educador para o ano 2013. Cuiabá: SEDUC/MT; Coordenadoria de Formação e Avaliação dos Cefapro, 2013.

_____. *Plano Estadual de Ensino Médio e Projeto de Investimento*. Cuiabá: SEDUC/MT; Coordenadoria de Ensino Médio, 2000.

_____. *Política de Formação dos Profissionais da Educação Básica*. Cuiabá: SEDUC/MT; Superintendência de Formação dos Profissionais da Educação Básica, 2010.

SANTOS, Boaventura Sousa de. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: _____. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

